



RELATÓRIO FINAL CEPBAS

COMISSÃO ESPECIAL PARLAMENTAR DOS
BAIRROS EM AFUNDAMENTO DE SOLO

MACEIÓ - AGOSTO DE 2022



RELATÓRIO FINAL
DA ATIVIDADE DA
COMISSÃO ESPECIAL
PARLAMENTAR DOS
BAIRROS EM
AFUNDAMENTO DE SOLO
CEPBAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

SEÇÃO I

CRIAÇÃO, OBJETO E PRAZO DE FUNCIONAMENTO

A Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em Afundamento de Solo surgiu de requerimento do Vereador Leonardo Dias, aprovado em plenário em 6 de abril de 2021. A Comissão pretendia reconhecer a situação atual do fenômeno de subsidência do solo em bairros da capital alagoana, prestar assistência aos moradores na forma de interlocução entre os diversos autores capazes de resolver ou mitigar o problema: Poder Executivo nos âmbitos da União, do Estado e do Município, os órgãos técnicos destes poderes públicos, os órgãos estaduais e federais dos serviços essenciais à Justiça (Ministério Público e Defensoria Pública) e a empresa Braskem.

O prazo inicial da Comissão Especial era de seis meses. No começo de outubro de 2021, a Comissão foi prorrogada por um período de três meses e, em dezembro seguinte, prorrogada por mais seis meses.

SEÇÃO II

ATUAÇÃO DA COMISSÃO

PRIMEIRO PERÍODO

(abril-outubro de 2021)

1. REUNIÕES INTERNAS DA COMISSÃO

A CEPBAS reuniu seus membros para discussões internas acerca da preparação de seu plano de trabalho, objetivos e encaminhamentos por duas ocasiões: 16 de abril de 2021¹ e no dia 10 de maio de 2021². A partir de então, a atividade da Comissão continuou de maneira dinâmica, com reuniões com diversos atores, no sentido de entender as questões e resolver ou mitigar os problemas advindos do fenômeno de subsidência do solo em Maceió.

2. REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

¹ Cf. Relatório da Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em Afundamento de Solo, Outubro de 2021, p. 29.

² Id, p. 30.

Conforme consta no primeiro relatório, Publicado no fim do primeiro prazo da Comissão, os membros desta, capitaneados por seu Presidente, o Vereador Leonardo Dias, participaram de reuniões com representantes de diversos órgãos: várias vezes com o Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros), Ronnie Mota; com o Coordenador da Defesa Civil do Município de Maceió, Prof. Abelardo Nobre; com moradores e ex-moradores dos Bairros; com o Ministério Público de Alagoas, na pessoa do Promotor Jorge Dória; em Brasília, com o Presidente do Serviço Geológico Brasileiro/CPRM, Esteves Colnago; com o Secretário de Política Econômica do Governo Federal, Adolfo Sachsida; com representantes da Defesa Civil Nacional; com o então Ministro-Chefe da Casa Civil, General Luiz Eduardo Ramos; a diretora do CPRM, Alice Castilho; com o Prefeito Municipal, João Henrique Caldas; em Brasília, reunião com a Secretaria de Governo da Presidência da República; com a empresa Braskem; com o Secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro.

3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

No dia 1º de outubro de 2021, os membros da Comissão participaram de Audiência Pública convocada pelo vereador Francisco Holanda Filho para discutir a questão da situação dos empreendedores dos bairros atingidos pelo Afundamento de Solo.

4. ENCAMINHAMENTOS

Neste primeiro período de funcionamento da Comissão, foram expedidos trinta ofícios e três requerimentos, discriminados no tópico III.3 do Relatório da Comissão equivalente ao período (p. 39-49).

SEGUNDO PERÍODO

(outubro-dezembro de 2021)

1. REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

No segundo período da Comissão, houve as seguintes reuniões:

- 1) No dia 5 de outubro, reunião com Alexandre Sampaio, representante dos empreendedores, para discutir formas de compensação que o Estado poderia oferecer aos empreendedores dos bairros atingidos pelo fenômeno da subsidência;
- 2) No dia 13 de outubro, reunião com a Secretaria Municipal de Economia de Maceió, para discutir a revisão da lei municipal 6.900 de 2019, que trata de benefícios fiscais concedidos a pessoas físicas e jurídicas alcançados por fatos que se traduziram em perdas econômicas em razão de eventos de instabilidade do solo que atingem os bairros do Bebedouro, Mutange e Pinheiro;

- 3) No dia 14 de outubro, foi feita visita dos membros da Comissão ao Bairro de Bebedouro, sobretudo às regiões onde ainda restam moradores, como os Flexais e rua Marquês de Abrantes;
- 4) No dia 19 de novembro, foi realizada reunião com representantes da empresa Braskem e da empresa Diagonal, responsável por pesquisa, análise e apresentação de propostas de intervenção na região dos Flexais em Bebedouro;
- 5) No dia 29 de dezembro, a Comissão realizou visita ao Bairro do Bom Parto, para ver *in loco* os estragos causados pela migração forçada das pessoas nas regiões atingidas pelo afundamento de solo e colher as demandas dos moradores que ficaram.

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- 1) A Comissão esteve presente, no dia 5 de outubro, em Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, onde sugeriu, para as avaliações dos imóveis questionadas pelos moradores para fins de indenização, que fosse incluso um terceiro avaliador e que a empresa Braskem, nestes casos, pagasse o valor incontroverso.
- 2) No dia 15 de outubro, foi realizada Audiência Pública promovida por esta Comissão, sob a presidência do Vereador Leonardo Dias. Nesta Audiência, que durou sete horas e trinta e nove minutos, foram convidados diversos entes e órgãos públicos, a empresa Braskem e moradores dos bairros atingidos pelo afundamento de solo. Estiveram

presentes: representante da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas; representante da CPRM/Serviço Geológico do Brasil; representantes da Defesa Civil do Município; além de diversos moradores que tiveram suas vidas atingidas em decorrência do fenômeno de subsidência dos bairros. Durante a Audiência, foram ouvidos muitos moradores, que relataram a situação pessoal e comunitária em que estiveram imersos. Representantes técnicos da CPRM e da Defesa Civil Nacional responderam inúmeras perguntas e questionamentos a respeito da situação geológica dos Bairros em afundamento de solo. Os dois órgãos garantiram que, até aquela data, o fenômeno está sob controle e com toda a rede sismográfica em funcionamento, sendo capaz de prever com antecedência qualquer movimentação de solo muitos metros abaixo dos bairros atingidos. A íntegra da Audiência pode ser vista no sítio eletrônico (<https://www.youtube.com/watch?v=KwrDjF-3ras&t=1s>) e a ata das discussões no sítio da Câmara Municipal de Maceió (<https://www.maceio.al.leg.br/audiencias-publicasx>).

- 3) Em 23 de novembro, membros da Comissão se reuniram com as procuradoras da Força-tarefa do Ministério Público Federal responsáveis pela condução, nesse âmbito ministerial, do caso do afundamento de solo de bairros de Maceió. Na reunião, foi discutida a situação dos moradores que estavam sofrendo com o ilhamento socioeconômico diante da saída da maior parte dos moradores do bairro de Bebedouro.

- 4) No dia 24 de novembro, a Comissão participou, por via remota, de Audiência Pública do Senado Federal convocada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC), onde se discutiram diversos assuntos relacionados aos Bairros em afundamento de solo.

3. ENCAMINHAMENTOS

Durante o período, diversos encaminhamentos foram feitos pela Comissão por meio dos seguintes ofícios:

- 1) Ofício 031/2021-CEPBAS. Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ) – 05 de outubro de 2021 – Consulta sobre interpretação de dispositivo de decreto. “Devida interpretação do art. 2º, III, §2º, do Decreto 72.436, de 22 de dezembro de 2020, que concede isenção, anistia e créditos tributários para os empresários atingidos pelo afundamento dos bairros em Maceió, qual seja, se a fruição do benefício, condicionada à manutenção de titularidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e sócios de sociedade empresária, mantém-se caso o empresário/sócios, uma vez realocados, mudem de atividade empresarial”. Ofício não respondido.
- 2) Ofício 32/2021-CEPBAS. Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021,

promovida pela Comissão. Ofício não respondido.

- 3) Ofício 033/2021-CEPBAS – Prefeito de Maceió – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 4) Ofício 034/2021-CEPBAS – Ministério Público Estadual (MPE) – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 5) Ofício 035/2021-CEPBAS – Ministério Público Federal (MPF) – 11 de outubro de 2021 – Convite audiência pública. Resposta no dia 14 de outubro de 2021, por meio do Ofício 864/2021/MPF/PR-AL/7º OFÍCIO. Não poderão comparecer, em virtude de outros compromissos na data. Solicitam o envio de cópia da ata da Audiência Pública.
- 6) Ofício 036/2021-CEPBAS – Defensoria Pública do Estado (DPE) – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 7) Ofício 037/2021-CEPBAS – Defensoria Pública da União (DPU) – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 8) Ofício 038/2021-CEPBAS – Tribunal de Justiça de Alagoas – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 9) Ofício 039/2021-CEPBAS – Serviço Geológico Nacional – CPRM – 11 de outubro

de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido, mas enviou representante para a dita Audiência.

- 10) Ofício 040/2021-CEPBAS – Secretaria de Governo da Presidência da República - 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 11) Ofício 041/2021-CEPBAS – Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ) – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido, mas enviou representante para a dita Audiência.
- 12) Ofício 042/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Economia de Maceió (SEMEC) – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 13) Ofício 043/2021-CEPBAS – Empresa Braskem – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 14) Ofício 044/2021-CEPBAS – Secretaria Especial Adjunta de Defesa Civil do Município de Maceió – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido, mas enviou representantes para a dita Audiência.
- 15) Ofício 045/2021-CEPBAS – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do

Estado de Alagoas – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.

- 16) Ofício 046/2021-CEPBAS – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – 11 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício não respondido.
- 17) Ofício 047/2021-CEPBAS – Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas – 11 de outubro de 2021 – Requer lista de equipamentos públicos da União afetados pelo afundamento de solo nos bairros de Maceió. Respondido em 10 de dezembro de 2021, por meio do Ofício SEI nº 330341/2021/ME, dando conta de que havia apenas um imóvel pertencente à União, localizado na Rua Doutor Moacyr Tavares Lopes, 576, antiga rua Luiz Rizzo, esquina com a Alameda Acre, Pinheiro, CEP 57057-550, o qual encontra-se em processo de desapropriação por parte da Braskem S.A.
- 18) Ofício 048/2021-CEPBAS – Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG) – 11 de outubro de 2021 – Requer lista de equipamentos públicos do Estado afetados pelo afundamento de solo nos bairros de Maceió. Resposta no dia 21 de dezembro de 2021, por meio do Ofício nº E:1333/2021/SEPLAG, com lista dos equipamentos afetados.
- 19) Ofício 049/2021-CEPBAS – Ministério Público Federal (MPF) – 11 de outubro de 2021 – Solicitando informações a respeito de pesquisa que estaria sendo feita pelo MPF

na região do Flexal em Bebedouro e pedido de compartilhamento das informações. Resposta, a 19 de outubro de 2021, por meio do Ofício nº 622/2021/MPF/PR/AL/GABPR12. Sim, a pesquisa está sendo feita pelo setor de perícia em antropologia. Laudo ainda não finalizado.

- 20) Ofício 050/2021-CEPBAS - CPRM – 12 de outubro de 2021 – Convite para a Audiência Pública de 15 de outubro de 2021, promovida pela Comissão. Ofício direto ao presidente Esteves Conalço. Respondido por email, com o contato do Presidente para maiores tratativas da vinda de representantes da CPRM para a Audiência.
- 21) Ofício 051/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET) – 14 de outubro de 2021 – Solicita informações sobre obras em terreno na rua Manoel Menezes, se têm alvará. Ofício não respondido.
- 22) Ofício 052/2021-CEPBAS – DEFESA CIVIL MCZ – 18 de outubro de 2021 – Agradecimento por participação na Audiência. Ofício não respondido.
- 23) Ofício 053/2021-CEPBAS – SEFAZ – 18 de outubro de 2021 – Agradecimento por participação na Audiência. Resposta em 25 de outubro de 2021. Foi uma honra participar. Seguimos envidando esforços etc.
- 24) Ofício 054/2021-CEPBAS – CPRM – 18 de outubro de 2021 – Agradecimento por participação na Audiência. Ofício não respondido.
- 25) Ofício 055/2021-CEPBAS – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias o Estado de Alagoas (SINFEAL)

– 20 de outubro de 2021 – Resposta ao ofício 58/2021 do SINFEAL, de 18 de outubro de 2021, o qual se refere à questão da mobilidade ferroviária da cidade de Maceió. Na resposta, a Comissão assegura a preocupação com a questão da mobilidade ferroviária e a busca pela contribuição do dito Sindicato quando a situação se apresentar.

- 26) Ofício 056/2021-CEPBAS – Gabinete Civil do Estado de Alagoas – 20 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.
- 27) Ofício 057/2021-CEPBAS – Secretaria de Estado da Segurança Pública (SEDS) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício respondido no dia 27 de outubro de 2021, dando conta de que o serviço de segurança vem sendo realizado, com policiamento ostensivo diário.
- 28) Ofício 058/2021-CEPBAS – Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão

para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Resposta no dia 14 de dezembro de 2021, por meio do Ofício nº E:1514/2021/SEDUC, informando que o transporte escolar da rede pública estadual destinado às regiões dos Flexais, em Bebedouro é ofertado pela própria Secretaria e permanece funcionando regularmente, com apenas uma aluna residente na região, a qual é conduzida ao CEPA. Destaca ainda que, até o momento, nenhuma família queixou-se de ausência de transporte escolar na região em tela, nem há ocorrência de alunos desassistidos depois de recente busca ativa.

- 29) Ofício 059/2021-CEPBAS – Prefeitura de Maceió – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Respondido por meio do Ofício nº 117/2021 do GGI dos Bairros, datado de 16 de novembro de 2021, dando conta de que, logo após à expedição da Recomendação Ministerial supracitada, este órgão convocou os responsáveis por todas as secretaria e superintendências intimadas a fim de informar do acolhimento da Recomendação por parte da Prefeitura e solicitar a adoção, na maior brevidade possível, das medidas recomendadas necessárias para implementação ou reestabelecimento dos serviços públicos nos Flexais. A resposta instrui o processo com a

seguinte documentação: 1) Ofício nº 114/20221-GGI dos Bairros, aos Membros da Força-Tarefa, datada de 4 de novembro de 2021, expressando o acolhimento da Prefeitura de Maceió à Recomendação nº 7/2021; 2) Ofício nº 750/GABSEMED/2021, da Secretaria Municipal de Educação, endereçado à Força-Tarefa, explicitando que cinco unidades educacionais municipais foram afetadas, até o momento, em razão dos danos geológicos que ocasionaram o afundamento de solo em bairros de Maceió, quais sejam: Escola Municipal Padre Brandão Lima, Escola Municipal Radialista Edécio Lopes, CMEI Luiz Calheiros Júnior, CMEI Vereador Braga Neto e Escola Municipal Major Bonifácio Silveira, sendo esta última localizada na região dos Flexais. Ressalta ainda que foram feitos estudos por parte do Observatório Educacional do Município de Maceió (OBEM), que identifica o remanejamento de estudantes para outras unidades escolares, que segue em anexo; no que concerne ao acolhimento de crianças/estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), a Coordenadoria de Educação Especial da Secretaria informa que as crianças ainda permanecem matriculadas nas unidades escolares afetadas pela atividade de mineração da Braskem, recebendo ensino remoto, a exemplo da Escola Municipal Major Bonifácio Silveira. Neste ínterim os alunos aguardam a realocação nos prédios novos para o retorno das aulas híbridas, e os que mudaram de endereço para outros bairros foram transferidos para CMEIs/Escolas próximas à suas residências e estão participando de aulas híbridas; quanto à disponibilização de transporte

escolar, a Divisão de Transporte, com o advento das aulas híbridas na rede pública municipal de educação, diz que há a oferta regular de transporte escolar a todos os alunos matriculados na rede que necessitem do mesmo, de modo que as famílias das crianças matriculadas solicitam o transporte aos diretores das escolas, os quais repassam as demandas ao setor competente para atender aos alunos que residiam nas áreas objeto deste procedimento. Ademais, acrescenta o Ofício em tela, são destinados 135 veículos para locomoção dos alunos matriculados com demanda de transporte escolar, sendo 111 (cento e onze) locados através de Contrato de prestação de serviços e 84 (oitenta e quatro) ônibus, 27 (vinte e sete) vans e 24 (vinte e quatro) micro-ônibus de frota própria desta Secretaria; 3) Ofício nº 454/2021/GS/SEMSCS, da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS) ao GGI dos Bairros, encaminhando informações a respeito da Recomendação nº 7/2021 do MPF no que tange à SEMSCS. Relata que estão sendo intensificadas rondas de viaturas da Guarda Municipal nas regiões dos Flexais, no Bairro de Bebedouro e que, dado o reduzido efetivo de fiscais da Secretaria, é impossível haver uma equipe fixa para atender a região dos Flexais; entretanto, a partir de 25 de outubro de 2021, serão realizadas ações de fiscalização rotineiras (semanais) na localidade, a fim de identificar e coibir a construção irregular de imóveis; serão ainda buscadas ações conjuntas com outras secretarias (SEDET, SUDES...), para aumento do contingente de fiscais, para maximizar a fiscalização do

local; 4) Despacho datado de 21 de outubro de 2021, da Coordenadoria de Controle Integrado para a Diretoria de Sistema Integrado de Mobilidade de Maceió (DSIMM), dando conta de que o atendimento nas regiões dos Flexais sempre foi efetuado pela linha 068 – COLINA/CENTRO mesmo antes da Pandemia de Covid-19, estando o local à época ainda totalmente habitado, proporcionando também a integração para diversos destinos da cidade, sem que houvesse a necessidade de entrada de nenhuma outra linha para a comunidade; foi ressaltado ainda que a linha em questão possui integração com outras vinte e sete linhas do SSIM, conforme relatório de Matriz de Integração em anexo; 5) Despacho da Diretoria SIMM/SMTT, relatando que à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito foi recomendado pelo Ministério Público Federal alterações nas rotas existentes de ônibus, de modo a suprir falhas de transporte atualmente existentes. Concluiu-se pela criação de duas linhas a ser operadas pela atual Concessionária da região (Empresa São Francisco) de forma que não haja prejuízo a qualquer usuário e se possibilite o deslocamento no mesmo intervalo de tempo em que outrora era prestado, ou seja, antes da extinção de cinco linhas que transitavam no local, possibilitando maior integração temporal e consequentemente mais oportunidades de destinos finais; além disso, as linhas devem ser operadas em sistema de tratamento e possivelmente custeada pela Braskem, sem que os usuários paguem a primeira tarifa, mas tão somente as utilize como primeiro deslocamento.

- 30) Ofício 060/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Saúde (SMS) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Respondido por meio do Ofício nº110/2022-SMS/GABINETE DO SECRETÁRIO, datado de 19 de janeiro de 2022, o qual faz referência ao despacho em anexo. No despacho, colocando a solicitação do Ministério Público Federal de vinculação de referência à Unidade Básica de Saúde específica, destinando cotas de atendimentos destinadas aos moradores da região, além da garantia de atendimento domiciliar através dos serviços da estratégia de Saúde da Família, Consultório de Rua ou outra estratégia que beneficie a comunidade em questão, acrescidos do relatório e cronograma detalhado das atividades recomendadas, esclarece que, de acordo com o Relatório do Consultório de Rua, as atividades de suas equipes não foram prejudicadas no local; além disso, o IV Distrito Sanitário contém oito equipamentos de Saúde, dentre eles, uma Unidade de Referência, que é a US Dr. Antônio de Pádua Cavalcante, que possui duas modalidades de serviço: Unidade Básica de Saúde (Modelo Tradicional) e Unidade de Referência em Saúde (especialidades médicas); ainda, aduz que a US Dr. Antônio de Pádua Cavalcante atua como porta-aberta para os serviços de Atenção Primária, garantindo o acesso universal dos usuários que a procuram, não havendo prejuízo na

assistência, ofertando serviços essenciais de saúde, exceto visitas domiciliares, que é característica da Estratégia de Saúde da Família. A Unidade funciona de segunda a sexta-feira, de 7h às 21h no atendimento de demanda espontânea, facilitando o acesso; prosseguindo, remete a Ofício do Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde nº 1064/2021, que enfatiza que não houve prejuízo ao Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD); finalmente, no tocante ao atendimento da Atenção Primária que exigiria a implantação de Unidade Básica de Saúde, a gestão estaria procurando imóvel para atender à necessidade da população.

- 31) Ofício 061/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.
- 32) Ofício 062/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.
- 33) Ofício 063/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as

medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.

- 34) Ofício 064/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Resposta em 18 de janeiro de 2022, através do Ofício nº 024/2022/GS/SEMSCS, relata que estão sendo intensificadas rondas de viaturas da Guarda Municipal nas regiões dos Flexais, no Bairro de Bebedouro e que, dado o reduzido efetivo de fiscais da Secretaria, é impossível haver uma equipe fixa para atender a região dos Flexais; entretanto, a partir de 25 de outubro de 2021, serão realizadas ações de fiscalização rotineiras (semanais) na localidade, a fim de identificar e coibir a construção irregular de imóveis; serão ainda buscadas ações conjuntas com outras secretarias (SEDET, SUDES...), para aumento do contingente de fiscais, para maximizar a fiscalização do local
- 35) Ofício 065/2021-CEPBAS – Superintendência Municipal de Iluminação (SIMA) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da

Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.

36) Ofício 066/2021-CEPBAS – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.

37) Ofício 067/2021-CEPBAS – Superintendência Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES) – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Resposta datada de 4 de novembro de 2021, por meio do Ofício nº 366/2021, registra que a SUDES vem, desde a data de 5 de julho de 2021, efetuando árduo trabalho nas regiões atingidas (Pinheiro, Bebedouro, Mutange etc), executando nas áreas de ocupação serviços de limpeza, roço, varrição, capinação, pintura de meio fio etc. Além disso, consiga que a SUDES já disponibilizou, no período compreendido entre 1º a 30 de novembro de 2021, do intervalo de segunda a sábado,

uma equipe de roço, contendo um roçador e dois agentes de limpeza para realização de serviços de limpeza e roçagem, atuando exclusivamente nas regiões do Flexais, sendo que o recolhimento de resíduos sólidos provenientes da limpeza ficará a cargo da Braskem.

- 38) Ofício 068/2021-CEPBAS – BRASKEM S.A. – 21 de outubro de 2021 – Questiona sobre as medidas que serão tomadas por este órgão em decorrência da Recomendação 7-2021 do Ministério Público Federal, que trata das medidas a serem tomadas por este órgão para restabelecimento de diversos serviços públicos nas regiões dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.
- 39) Ofício 069/2021-CEPBAS – Ministério Público Federal – 20 de outubro de 2021 – Ciência do ofício 622/2021/MPF/PR/AL/GABPR12. Solicita o compartilhamento do laudo e solicita reunião. Ofício não respondido.
- 40) Ofício 070/2021-CEPBAS – Não utilizado o número do ofício. Nomeado como 071, por engano.
- 41) Ofício 071/2021-CEPBAS – Superintendência Regional II da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) – 26 de outubro de 2021 – Solicita cópia do processo impetrado na Justiça por este órgão contra a empresa Braskem, no sentido de assegurar a realização da obra de construção do anel ferroviário de Maceió. Ofício não respondido.
- 42) Ofício 072/2021-CEPBAS – Ministério Público Federal – 08 de novembro de 2021 – Envia ao *parquet* a ata da Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal de

Maceió no dia 15 de outubro de 2021, bem como link para vídeo da Audiência na plataforma YouTube. Ofício não respondido.

- 43) Ofício 073/2021-CEPBAS – Presidência da Câmara Municipal de Maceió – 11 de novembro de 2021 – Solicita a inclusão do Relatório parcial da Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em Afundamento de Solo (CEPBAS) nos anais da Câmara, bem como em seu sítio oficial de internet. Ofício não respondido.
- 44) Ofício 074/2021-CEPBAS – Ministério Público Federal – 12 de novembro de 2021 – Diante de convite para reunião com as procuradoras responsáveis pelo caso dos Bairros em Afundamento de Solo no dia 23 de novembro de 2021, apresenta pauta de assuntos que desejaria pôr em debate na reunião. Resposta por meio do Ofício nº 666/2021/MPF/PR/AL/GABPR12, de 19 de novembro de 2021, dando conta de que, devido ao tempo exíguo, a reunião só poderá tratar da questão do ilhamento socioeconômico da região dos Flexais, em Bebedouro.
- 45) Ofício 075/2021-CEPBAS – Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros) – 12 de novembro de 2021 – Requer informações a respeito das atividades que porventura vêm sendo feitas pela Prefeitura no sentido de prover a saúde mental dos moradores e ex-moradores atingidos pelo fenômeno de subsidência do solo em Maceió. Ofício não respondido.
- 46) Ofício 076/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 1º de

dezembro de 2021 – Solicita inclusão de servidores e estagiários da CMEI Sônia Cavalcanti, na Cambona, para recebimento de gratificação de difícil acesso e fornecimento de transporte aos servidores para o trabalho, considerando que a referida Unidade fica em área atingida por transtornos decorrentes do afundamento de solo em bairros vizinhos, o que torna difícil o acesso dos servidores e estagiários ao local. Tal pleito foi apresentado pela direção da CMEI, feita pelo Ofício 0098/2021, datado de 1º de dezembro de 2021. Ofício não foi respondido pela SEMED.

TERCEIRO PERÍODO

(janeiro-junho de 2022)

1. REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

No terceiro período da Comissão, houve as seguintes reuniões:

- 1) Em 4 de fevereiro, aconteceu por via remota reunião da Comissão com a Braskem e a Diagonal para apresentação por parte destas do resultado dos estudos socioeconômicos na área dos Flexais, em Bebedouro e apresentação das propostas de intervenção no local para manutenção dos moradores. O conteúdo apresentado não foi repassado à Comissão, pois tais propostas ainda estarão em discussão com as autoridades competentes. As impressões causadas na Comissão foram expressas à

Braskem oralmente e resumidas no Ofício 104/2022-CEPBAS, datado de 11 de fevereiro de 2022. Tais impressões foram ainda comunicadas às instituições da Força-Tarefa: Ministério Público Federal, Ministério Público de Alagoas, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública de Alagoas, respectivamente por meio dos Ofícios 105/2022-CEPBAS, de 16 de fevereiro de 2022; 106/2022-CEPBAS, 107/2022-CEPBAS e 108/2022-CEPBAS, os três datados de 21 de fevereiro de 2022.

- 2) No dia 15 de fevereiro, a Comissão visitou o bairro do Bom Parto, observando com lideranças locais a situação dos moradores que ficaram no bairro e não foram realocados por não terem suas casas dentro do perímetro do Mapa de Setorização de Danos e linhas prioritárias produzido pela Defesa Civil de Maceió. Foi constatada a situação de abandono pelos poderes públicos, com muitas pessoas vivendo em situação de isolamento, com casas e barracos com problemas estruturais e ruas em que, de um lado os moradores foram realocados e do outro lado, não (problema semelhante ao ocorrido em outros lugares, como a Rua Marquês de Abrantes, em Bebedouro, e Vila Saem, no Pinheiro). A situação dos poucos empreendimentos, como pequenos mercadinhos também era precária, em virtude da diminuição do fluxo de pessoas.
- 3) No dia 24 de fevereiro de 2022, a Comissão reuniu-se com o Presidente da OAB, na sede deste órgão no bairro de Jacarecica, para tratar da situação dos Bairros em Afundamento de Solo, especialmente a questão dos Flexais. A Comissão explicitou

o trabalho que vinha fazendo até o momento e colocou todo o material produzido e recolhido à disposição da Ordem. Por sua vez, o Presidente da Seccional Alagoas colocou a Ordem à disposição para atuar na resolução dos problemas advindos do Afundamento de Solo, operando em favor das vítimas e, inclusive, instituindo uma Comissão específica para tratar do caso.

- 4) Em 10 de março de 2022, foi feita outra visita da Comissão ao Bairro do Bom Parto, verificando novamente as condições em que estavam as pessoas daquela localidade.
- 5) Em 16 de março de 2022, o presidente da Comissão esteve em Brasília em reunião com a CPRM, onde colocou para o presidente do órgão, Esteves Conalgo a necessidade de atualização das análises geológicas em locais que apresentam rachaduras e estão situados nas imediações da região dos Mapa de Setorização de Danos e Linhas Prioritárias.
- 6) Em 23 de abril de 2022, a Comissão participou de reunião do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, para ouvir as reivindicações das lideranças e moradores.
- 7) Em 30 de maio de 2022, houve reunião com a Comissão dos moradores do Pinheiro, para tratar da questão dos moradores que ainda restam na região do Pinheiro e que possuem rachaduras em suas casas, não estando, todavia, dentro do Mapa de Setorização de Danos e Linhas Prioritárias.

2. ENCAMINHAMENTOS

Durante o período, diversos encaminhamentos foram feitos pela Comissão por meio dos seguintes ofícios:

- 1) Ofício 77/2021-CEPBAS - Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros) – 27 de novembro de 2021 – Solicita levantamento de informações que o Município se comprometeu em levantar em reunião em Brasília, no dia 25 de agosto de 2021, com vistas à atualização do Plano de Ação Integrado (PAI). Este Ofício repete a solicitação feita pelo anterior Ofício 26/2021-CEPBAS, de 20 de setembro de 2021. Ofício não respondido.
- 2) Ofício 78/2021-CEPBAS – Secretaria Especial Adjunta de Defesa Civil – 29 de dezembro de 2021 – Solicita informações se determinada área do Bom Parto, especificadas suas coordenadas em anexo, está dentro do mapa de risco ou se há previsão para colocá-la. Ofício não respondido.
- 3) Ofício 79/2021-CEPBAS – Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 30 de dezembro de 2021 – Solicita esclarecimentos sobre situação do Ginásio Tenente Madalena, especialmente referidos a comentários feitos pelo Secretário em postagem nas redes sociais, quais sejam: documento que comprove que linha demarcatória do Mapa de Ações Prioritárias do fenômeno de subsidência passaria pela calçada da parede lateral do equipamento, impedindo-o de receber benfeitorias; se o

equipamento se encontra fora dos limites do Mapa de Ações Prioritárias, o qual é garantido pela Defesa Civil do Município e CPRM como limite de perigo, por que o ginásio, estando fora do Mapa, mesmo que não possa receber benfeitorias, não pode ser objeto de manutenção para permitir o seu uso pela comunidade; finalmente, se o risco foi causado por causado por corporação privada, como alegado pelo Secretário, que tratativas estão sendo feitas com a referida corporação a respeito especificamente do equipamento em questão. Ofício não respondido.

- 4) Ofício 80/2022-CEPBAS – Braskem – 04 de janeiro de 2022 – Solicita agendamento de reunião para tratar sobre as ações a serem tomadas pela Braskem diante do estudo da empresa Diagonal Social sobre a questão do ilhamento socioeconômico da região dos Flexais, em Bebedouro. Ofício respondido em 11 de janeiro de 2022, propondo a data de 04 de fevereiro de 2022, 9h, para realização da reunião por meio de vídeo-conferência.
- 5) Ofício 81/2022-CEPBAS – Braskem – 10 de janeiro de 2022 – Solicita novamente agendamento de reunião com a Braskem, mesmo tema do Ofício anterior, ao que a empresa respondeu no dia seguinte, supra.
- 6) Ofício 82/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Saúde – 11 de janeiro de 2022 – Solicita informações a respeito do combate às endemias que têm assolado as regiões de Flexal de Cima e Flexal de Baixo, em Bebedouro. Respondido por meio do Ofício nº 260/2022-SMS/GABINETE DO SECRETÁRIO – APOIO, datado de 18 de

fevereiro de 2022, afirmando que o pedido de informação foi enviado à Gerência das Doenças Transmitidas por Vetores Animais e Peçonhentos, remetendo à resposta desta ao Despacho em anexo, o qual esclarece que a Gerência supracitada vem desempenhando atividades de combate às endemias em todos os bairros assolados pelo desastre antropológico, quer seja no combate ao Aedes, roedores, leishmanioses ou, ainda, enteroparasitoses. Contudo, ressaltam que no ano de 2020, devido ao início da pandemia de Covid-19 no país, os trabalhos de controle de vetores em campo, que consistem em visitas domiciliares, atividades em pontos estratégicos, bloqueios e atendimentos a solicitações, foram suspensos no intuito de preservar a saúde dos servidores enquanto a vacinação não era disponibilizada aos estados e municípios. Assim que a vacinação se iniciou, os trabalhos foram sendo retomados gradativamente com poucos servidores realizando trabalhos educativos no peridomicílio, sob orientação do Ministério da Saúde. No ano de 2019 foram realizados trabalhos de controle de leishmanioses nas regiões de Bebedouro e nos Flexais de Cima e de Baixo, tratando-se de coletas de amostras e sangue de cães para pesquisa, sendo feitas 105 coletas no ano, atividade realizada no mês de março de 2019. No ano de 2020, foi realizada uma ação de bloqueio no mês de agosto. Bloqueio acontece quando há casos de arboviroses. Foram visitados 92 pontos estratégicos (cemitérios, borracharias, ferros-velhos, entre outros estabelecimentos). Em 2021, o Programa de Controle de Roedores e Escorpiões realizou no bairro de Bebedouro ações em oito

pontos estratégicos, um bloqueio para leptospirose e atendimento de uma solicitação. Com relação ao controle do *Aedes Aegypti*, foram realizadas ações no bairro de Bebedouro divididos em três ciclos, totalizando o quantitativo de 6.834 imóveis trabalhados entre os meses de maio a novembro de 2021. Foram realizados cinco bloqueios entre os meses de agosto e dezembro e vinte e cinco visitas a pontos estratégicos. Os trabalhos realizados nos imóveis visam orientar, tratar e eliminar possíveis criadouros do *Aedes*. No ano de 2022, no Programa de Controle ao *Aedes*, até o momento, já foram realizados trabalhos em 679 imóveis desde o início do 1º ciclo, em 6 de janeiro de 2022. A atividade do Programa de Controle às Enteroparasitoses na região dos Flexais consistiu em pesquisas de malacologia, ou seja, foram coletados caramujos, possíveis hospedeiros do *Schistosoma mansoni*, parasito responsável pela propagação da Esquistossomose, também conhecida como “barriga d’água”.

- 7) Ofício 83/2022-CEPBAS – Superintendência Municipal de Iluminação (SIMA) – 11 de janeiro de 2022 – Solicita informações acerca da falta de iluminação pública relatada por moradores das regiões dos Flexais. Ofício não respondido.
- 8) Ofício 84/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 11 de janeiro de 2022 – Solicita informações sobre a oferta de transporte escolar aos estudantes de Bebedouro que permanecem nas regiões dos Flexais e rua Marquês de Abrantes. Ofício respondido por meio do Ofício 54/2022-SEMED/GABINETE, datado

de 7 de fevereiro de 2022, o qual esclarece que a SEMED, de acordo com o êxodo as famílias das áreas afetadas para outras regiões da cidade, realizou transferência dos alunos que residiam nos bairros afetados para outras escolas de acordo com suas novas residências. Ao matricular os alunos em suas novas escolas, a família solicita o transporte escolar e a diretoria da escola passa a demanda à Secretaria. Informa ainda que, no momento da resposta, a Secretaria conta com 135 (cento e trinta e cinco) veículos para locomoção dos alunos, sendo 111 (cento e onze) locados pela empresa Localyne Transporte Turismo LTDA, que consistem em 84 (oitenta e quatro) ônibus e 27 (vinte e sete) vans; além de 24 (vinte e quatro) micro-ônibus da frota da própria Secretaria.

- 9) Ofício 85/2022-CEPBAS – Secretaria Especial Adjunta de Defesa Civil – 11 de janeiro de 2022 – Requer informações sobre pequenos tremores que, segundo os moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, foram sentidos no local. Ofício não respondido.
- 10) Ofício 86/2022-CEPBAS – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – 12 de janeiro de 2022 – Solicita informações sobre a oferta de ônibus e atendimento dos moradores das regiões dos Flexais, em Bebedouro, em virtude do isolamento em que estão aquelas comunidades. Ofício não respondido.
- 11) Ofício 87/2022-CEPBAS – Superintendência Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES) – 13 de janeiro de 2022 – Solicita averiguação de

informações dos moradores da região da Rua Marquês de Abrantes acerca do perigo de transbordamento e necessidade de serviço de desassoreamento do Riacho Silva, em Bebedouro. Ofício não respondido.

- 12) Ofício 88/2022- CEPBAS – Secretaria de Estado da Segurança Pública – 14 de janeiro de 2022 – Solicita reforço da segurança da região dos Flexais, em Bebedouro, diante do crescente número de relatos de violência sofridos pelos moradores. Ofício não respondido.
- 13) Ofício 89/2022-CEPBAS - Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros) – 14 de janeiro de 2022 – Novo pedido de informações sobre o atendimento psicológico dos moradores dos bairros em afundamento de solo, reforçando o Ofício 75/2021-CEPBAS, o qual não foi respondido. Nem este o foi até a data de fechamento deste relatório.
- 14) Ofício 90/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET) – 14 de janeiro de 2022 – Novo pedido de informações sobre obras que teriam sido autorizadas por esta Secretaria na Rua Manoel Menezes, 545, bairro do Pinheiro. Reforço do Ofício 51/2021-CEPBAS. Como este Ofício, não foi respondido.
- 15) Ofício 91/2022-CEPBAS – Secretaria de Estado do Gabinete Civil – 17 de janeiro de 2022 – Reforça o pedido de informações solicitado no Ofício 56/2022-CEPBAS, datado de 20 de outubro de 2021, em que se questiona as medidas a serem tomadas pelo

Governo do Estado acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Ofício não respondido.

- 16) Ofício 92/2022-CEPBAS – Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) – 17 de janeiro de 2022 – Reitera o Ofício 58/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. A resposta é a mesma do Ofício 58/2021-CEPBAS, expedida no dia 14 de dezembro de 2021, por meio do Ofício nº E:1514/2021/SEDUC, mas que não tinha chegado ao conhecimento da Comissão, ensejando o envio do Ofício 92/2022-CEPBAS. A resposta informa que o transporte escolar da rede pública estadual destinado às regiões dos Flexais, em Bebedouro, é ofertado pela própria Secretaria e permanece funcionando regularmente, com apenas uma aluna residente na região, a qual é conduzida ao CEPA. Destaca ainda que até o momento nenhuma família queixou-se de ausência de transporte escolar na região em tela, nem há ocorrência de alunos desassistidos depois de recente busca ativa.
- 17) Ofício 93/2022-CEPBAS – Prefeitura Municipal de Maceió – 17 de janeiro de 2022. Reitera o Ofício 59/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação

7/2021 do Ministério Público Federal. Resposta pelo Ofício 7/2022-GGI dos Bairros, de 2 de fevereiro de 2022, fazendo referência ao Ofício 117/2021 do GGI, o qual respondeu ao Ofício 59/2022-CEPBAS, supra. A resposta até o envio deste Ofício 93/2022-CEPBAS, não tinha chegado à Comissão antes do envio deste Ofício.

18) Ofício 94/2002-CEPBAS – Secretaria Municipal de Saúde – 17 de janeiro de 2022. Reitera o Ofício 60/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Resposta pelo Ofício 172/2022GAB/APOIO – SMS/GABINETE DO SECRETÁRIO – APOIO, de 2 de fevereiro de 2022, fazendo referência ao Ofício GSMS 122/2022. A resposta até o envio deste Ofício 94/2022-CEPBAS, não tinha chegado à Comissão antes do envio deste Ofício.

19) Ofício 95/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 17 de janeiro de 2022 - Reitera o Ofício 61/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Resposta pelo Ofício 362/GABSEMED/2022, de 6 de abril de 2022, afirmando que não há registro de recebimento do referido Ofício por meio do protocolo da Secretaria. Mesmo assim escusou-se a responder o pedido no Ofício.

- 20) Ofício 96/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) – 17 de janeiro de 2022 - Reitera o Ofício 62/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Ofício não respondido.
- 21) Ofício 97/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA) – 17 de janeiro de 2022 - Reitera o Ofício 63/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Ofício não respondido.
- 22) Ofício 98/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS) – 17 de janeiro de 2022 - Reitera o Ofício 64/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Respondido por meio do Ofício 24/2022/GS/SEMSCS, de 18 de janeiro de 2022, com informações acima assinaladas, junto ao Ofício 64/2021-CEPBAS.
- 23) Ofício 99/2022-CEPBAS – Superintendência Municipal de Iluminação (SIMA) – 17 de janeiro de 2022 - Reitera o Ofício 65/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da

Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Ofício não respondido.

- 24) Ofício 100/2022-CEPBAS – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) – 17 de janeiro de 2022 – Reitera o Ofício 66/2022-CEPBAS, de 21 de outubro de 2021, acerca do restabelecimento de serviços públicos aos moradores da região dos Flexais, em Bebedouro, objeto da Recomendação 7/2021 do Ministério Público Federal. Ofício sem resposta.
- 25) Ofício 101/2022-CEPBAS – Ministério Público Federal – 7 de fevereiro de 2022 – Solicita o Laudo Antropológico de pesquisa feito pelo MPF na região dos Flexais, em Bebedouro. Ofício não respondido.
- 26) Ofício 102/2022-CEPBAS - Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 7 de fevereiro de 2022 – Solicita informações sobre o status da realocação dos equipamentos educacionais previstos na Cláusula Terceira do Acordo Braskem-Ministério Público do Trabalho (quatro escolas e uma creche), com recursos da empresa Braskem, no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Ofício não respondido.
- 27) Ofício 103/2022-CEPBAS - Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros) – 10 de fevereiro de 2022 – Solicita levantamento acertado pelo Município em reunião em Brasília, no dia 25 de agosto de 2021, com vistas à atualização do Plano de Ação Integrado (PAI). Este Ofício repete a solicitação feita anteriormente pelos ofícios

26/2021-CEPBAS, de 20 de setembro de 2021, e 77/2021-CEPBAS, datado de 27 de dezembro de 2021. Ofício não respondido.

- 28) Ofício 104/2022-CEPBAS – Braskem – 11 de fevereiro de 2022 – Apresenta à Braskem considerações da Comissão a respeito do material apresentado na reunião do dia 4 de fevereiro de 2022, em que a Braskem e a Diagonal apresentaram o resultado do estudo realizado por esta última sobre a situação socioeconômica os Flexais e suas sugestões para resolução do problema. Ofício não respondido.
- 29) Ofício 105/2022-CEPBAS – Ministério Público Federal – 16 de fevereiro de 2022 – Apresenta ao Ministério Público a opinião da Comissão a respeito da situação dos moradores dos Flexais, diante das propostas de intervenção feitas pela Braskem/Diagonal na região. Resposta por meio do Ofício 114/2022/MPF/PR/AL/ GABPR12, de 7 de março de 2022, solicitando o encaminhamento ao Ministério Público de estudos técnicos indicando as deficiências das propostas de requalificação apresentadas pela Braskem/Diagonal, a fim de instruir o Inquérito Civil nº 1.11.000.000826/2021-72.
- 30) Ofício 106/2022-CEPBAS – Ministério Público Estadual – 21 de fevereiro de 2022 - Apresenta ao Ministério Público a opinião da Comissão a respeito da situação dos moradores dos Flexais, diante das propostas de intervenção feitas pela Braskem/Diagonal na região. Ofício não respondido.
- 31) Ofício 107/2022-CEPBAS – Defensoria Pública da União – 21 de fevereiro de 2022 - Apresenta à Defensoria

Pública da União a opinião da Comissão a respeito da situação dos moradores dos Flexais, diante das propostas de intervenção feitas pela Braskem/Diagonal na região. Ofício não respondido.

- 32) Ofício 108/2022-CEPBAS – Defensoria Pública do Estado de Alagoas – 21 de fevereiro de 2022 - Apresenta à Defensoria Pública Estadual a opinião da Comissão a respeito da situação dos moradores dos Flexais, diante das propostas de intervenção feitas pela Braskem/Diagonal na região. Ofício não respondido.
- 33) Ofício 109/2022-CEPBAS – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Alagoas – 21 de fevereiro de 2022 – Solicita agenda com o presidente para tratar do caso dos bairros em afundamento de solo. Ofício respondido por meio de troca de e-mails, ficando agendada a reunião para o dia 24 de fevereiro de 2022, às 8h30, na sede da OAB-AL.
- 34) Ofício 110/2022-CEPBAS – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Alagoas – 3 de março de 2022 – Apresenta à OAB os documentos recolhidos e arquivos produzidos e arrecadados pela Comissão, conforme combinado na reunião entre a Comissão e a OAB, no dia 24 de fevereiro de 2022.
- 35) Ofício 111/2022-CEPBAS - Ministério Público Federal – 11 de março de 2022 – Responde ao Ofício 114/2022/MPF/PR/AL/GABPR12, de 7 de março de 2022, o qual solicitou o encaminhamento ao Ministério Público de estudos técnicos indicando as deficiências das propostas de requalificação apresentadas pela Braskem/Diagonal, a fim

de instruir o Inquérito Civil nº 1.11.000.000826/2021-72, diante do envio ao *parquet* do Ofício 105/2022-CEPBAS, de 16 de fevereiro de 2022, em que se apresenta ao Ministério Público a opinião da Comissão a respeito da situação dos moradores dos Flexais, diante das propostas de intervenção feitas pela Braskem/Diagonal na região. Expõe ao órgão ministerial que a opinião da Comissão se baseia na presença constante dos membros desta na região afetada, conversando com os moradores e acionando os diversos órgãos envolvidos, inclusive a Braskem. Tal opinião, com efeito, foi formada após a Reunião com a Braskem e a Diagonal, na qual foram apresentadas as medidas de intervenção sugeridas, e após a audiência pública promovida pela Prefeitura e pela Defensoria Pública Estadual, na qual restou clara a posição da quase unanimidade dos moradores de que estes querem ser realocados. Dessa forma, não houve tempo hábil para promover nenhum estudo técnico a respeito das sugestões da Diagonal, por dois motivos: primeiro, o próprio estudo e documentação não foi remetido a esta Comissão, estando ainda em fase de conclusão pela empresa; segundo, pela ausência de recursos para se promover estudos nesse sentido, os quais certamente devem ser efetivados sob os auspícios dos entes capazes. Com efeito, a missão da Comissão é a de acompanhar os desdobramentos do caso, escutar as partes, promover o entendimento e fazer os encaminhamentos necessários, não tendo efetivo poder de intervenção na questão como o tem a Braskem, o Poder Executivo e o Ministério Público Federal. Ressalta a Comissão que a necessidade de realocação

dos moradores é algo premente e urgente, não podendo esperar indefinidamente que estudos técnicos sejam feitos, refeitos e contestados. O interesse exclusivo da Comissão é ajudar a resolver os problemas concretos por que passam os moradores, já por demais flagelados. Ofício não respondido.

- 36) Ofício 112/2022-CEPBAS - Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros) e Secretaria Especial Adjunta de Defesa Civil – 5 de abril de 2022 – Novamente solicita informações sobre o estado de levantamento da situação do caso dos bairros em afundamento de solo, acertado pelo Município em reunião em Brasília, no dia 25 de agosto de 2021, com vistas à atualização do Plano de Ação Integrado (PAI). Este Ofício repete a solicitação feita anteriormente pelos ofícios 26/2021-CEPBAS, de 20 de setembro de 2021, 77/2021-CEPBAS, datado de 27 de dezembro de 2021 e 103/2022-CEPBAS, de 10 de fevereiro de 2022. Ofício não respondido.
- 37) Ofício 113/2022-CEPBAS – Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – 7 de abril de 2022 – Resposta ao Ofício 362/GABSEMED/2022, de 6 de abril 2022, onde se anexa o *print* do recebimento de protocolo dos ofícios enviados à Secretaria. Ofício não respondido.
- 38) Ofício 114/2022-CEPBAS - Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros)

– 31 de maio de 2022 – Solicita cópia do Acordo celebrado entre a Prefeitura e a Empresa Braskem a respeito da mobilidade urbana. Ofício não respondido.

39) Ofício 115/2022-CEPBAS – Braskem – 31 de maio de 2022 – Solicita cópia do Acordo celebrado entre a Prefeitura e a Empresa Braskem a respeito da mobilidade urbana. Respondido por meio de documento datado de 1º junho de 2022 e que traz em anexo cópia do Instrumento Particular de adesão parcial do Município de Maceió ao acordo Socioambiental firmado entre o MPF, MPAL e Braskem (Acordo de Mobilidade Urbana da Capital), homologado judicialmente nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4. 05.8000.

40) Ofício 116/2022-CEPBAS – Ministério Público Federal – 31 de maio de 2022 – Solicita cópia do Laudo Antropológico promovido pelo Ministério Público Federal sobre a situação socioeconômica da região dos Flexais, em Bebedouro. Ofício também enviado ao MPE, devidamente protocolado, o qual não respondeu. Já o MPF respondeu por meio do Despacho nº 293/2022, de 14 de junho de 2022, em que aduz que, não obstante os procedimentos administrativos e processos judiciais serem via de regra públicos, por outro lado, com base no art. 16 da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, que reza que “Os atos e peças de inquérito civil são públicos, nos termos desta regulamentação, salvo disposição legal em contrário ou decretação de sigilo, devidamente fundamentada” e, a respeito da publicidade, no mesmo artigo: “§1º - A publicidade consistirá: (...) V – na concessão de vistas dos autos, mediante requerimento

fundamentado do interessado ou de seu procurador legalmente constituído e por deferimento total ou parcial do presidente do inquérito civil; (...) VI – na extração de cópias, mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil (...)", designou reunião de trabalho presencial, no dia 28 de junho de 2022, 14h, para apresentação de fundamentação pertinente e explanação do conteúdo do parecer técnico por parte das procuradoras da Força-tarefa.

- 41) Ofício 117/2022-CEPBAS – Ministério Público Federal – 15 de junho de 2022 – Declina da reunião de trabalho proposta pelo Ministério Público Federal no Despacho nº 293/2022, de 14 de junho de 2022, em virtude do encerramento das atividades desta Comissão, em vistas à elaboração do Relatório Final. Ofício respondido por meio de email, no qual é enviado à Comissão o estudo antropológico requerido, o qual evidenciou que cerca de 74% dos moradores desejam a realocação, recomendando o parecer técnico nº 02/2021-SPPEA/CNP/ISF “que haja uma composição cuja definição atenda, tanto uma realocação voluntária dos moradores, devidamente informada se integrante do PCF ou outro plano de características e limites claros, quanto a elaboração de um projeto adequado de revitalização da região com implementação imediata de serviços e equipamentos públicos básicos” (PARECER TÉCNICO Nº 02/2021 – SPPEA/CNP/ISF, p. 44).

SEÇÃO III

CONCLUSÃO

Nos seus quinze meses de atuação, a Comissão Especial dos Bairros em Afundamento de Solo procurou compreender o fenômeno de subsidência e todas as consequências que este veio apresentando para os habitantes dos locais atingidos e toda a cidade.

A Comissão contou desde o começo com o apoio dos pares vereadores. Foram aprovadas duas renovações do período inicial de 180 dias (em outubro e em dezembro de 2021). Vários vereadores que não participaram como membros da Comissão também estiveram presentes em diversas iniciativas em que a Comissão esteve presente, mostrando como a questão ultrapassa qualquer disputa partidária e ideológica.

Dentre os vários problemas levantados, fica nítida a preocupação da Comissão com os moradores que ficaram nos entornos dos Bairros, especialmente os Flexais, mas também os da Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem e Bom Parto.

Infelizmente, os poderes públicos não demonstraram a mesma vontade de resolução dos problemas que a Comissão teve, mesmo esta não tendo a competência legal para resolver tais problemas.

Da parte da Prefeitura, especialmente da atual gestão, observou-se uma grande desídia com

relação aos moradores que foram mal indenizados e a demora em responder às demandas da população que ficou nos entornos. Por outro lado, o Poder Público Municipal demonstrou preocupação e agilidade com valores a serem recolhidos em caixa oriundos das negociações das indenizações referentes aos acordos com a Braskem.

Os diversos órgãos da Prefeitura tiveram respostas diversas às provocações desta Comissão. Enquanto alguns órgãos como a Defesa Civil e o Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros) respondiam a quase todos os ofícios, outros órgãos, como a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET) nunca responderam aos ofícios.

No âmbito do Poder Executivo Estadual, este brilhou pela quase total ausência de manifestação e atuação para resolver os problemas decorrentes do Afundamento de Solo.

A União demonstrou interesse em ajudar a resolver os problemas em todas as vezes que foi provocada pela Comissão, restando impossibilitada de agir pela omissão da Prefeitura de Maceió em repassar os dados necessários para os Ministérios estabelecerem diretrizes eficazes para ação, especialmente a atualização do PAI (Plano de Ação Integrado), cujas informações para a atualização diversas vezes foram cobradas à Prefeitura por meio de Ofício.

Os diversos órgãos das Funções essenciais à Justiça tiveram respostas diversas aos questionamentos da Comissão. As Defensorias Públicas do Estado e da União permaneceram inertes aos ofícios da Comissão. O Ministério Público Estadual foi mais acolhedor, realizando

reunião e colocando-se à disposição para interlocução na pessoa do Promotor Jorge Dória.

Já as procuradoras da Força-tarefa do Ministério Público Federal foram destinatárias de diversos ofícios, os quais quase sempre foram respondidos e mantiveram o diálogo institucional no mais elevado nível.

De todos os encaminhamentos feitos pela Comissão, percebe-se, em resumo, uma história de descaso, em primeiro lugar, pelo trabalho da Comissão, uma vez que apenas pequena porção das informações e encaminhamentos pedidos foram atendidas; depois, com os próprios moradores, o que se constata pelo fato de que só após insistência desta Comissão, dos próprios moradores e outros agentes, o Poder Público Municipal parou para realizar uma tardia escuta pública a respeito do desejo dos moradores dos Flexais em se manter ou não no local.

Finalmente, a Comissão encerra os seus trabalhos com este relatório, que resume suas ações na tentativa de provocar as instituições e poderes públicos no sentido de resolver os complexos problemas sociais ocasionados pelo afundamento de solo. Sobretudo, a Comissão teve o grande papel de abrir as portas do Governo Federal para ações necessárias para a resolução dos problemas, ficando a expectativa de que o Município aproveite o acesso aberto ao âmbito federal para juntar forças e buscar as soluções tão ansiadas pelos cidadãos atingidos e todos os maceioenses.

Maceió, 8 de agosto de 2022.

Vereador Leonardo Dias

Vereador Cal Moreira

Vereador Pastor Oliveira Lima

Vereador Aldo Loureiro

Vereador Dr. Valmir de Melo

BAIXE A VERSÃO EM PDF DOS
RELATÓRIOS E OS ARQUIVOS ANEXOS
COM ESTE QR CODE:

